

# **A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR: O PAPEL DOS FÓRUNS ESTADUAIS PERMANENTE DE APOIO A FORMAÇÃO DOCE**

Edinilza Magalhães da Costa **Souza** – UFPA

## **Resumo**

Este estudo constitui resultados parciais da Tese de Doutorado que analisa a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica – PARFOR, implementada pelo Estado brasileiro como parte das reformas educacionais e de formação de professores. O PARFOR criado por meio do Decreto nº 6.755 é instituído pela Portaria Normativa nº 09, de junho de 2009 que lança o Plano Nacional de Formação de professores da Educação Básica, objetivando oferecer formação inicial e continuada de professores em nível superior, seguindo as orientações da formação em serviço. Como objetivo geral busca-se realizar uma análise do papel desempenhado pelos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio a Formação Docente, enquanto órgãos gestores e articuladores do regime de colaboração, responsáveis pela condução dos objetivos da política do PARFOR.

Palavras-chave: Política de formação; Reformas educacionais; Formação de professores;

## **A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR: O PAPEL DOS FÓRUNS ESTADUAIS PERMANENTE DE APOIO A FORMAÇÃO DOCE**

Trata o estudo da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica - PARFOR – considerando que a política em curso articula-se às reformas de Estado e mudanças no ensino superior, o que denota a lógica dos ajustes estruturais, no atual contexto do capitalismo mundial. Diante do exposto, este estudo se propõe a realizar uma análise do papel desempenhado pelos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio a Formação Docente, enquanto órgãos gestores e articuladores

do regime de colaboração, responsáveis pela condução dos objetivos da política do PARFOR.

A Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica – PARFOR criado por meio do Decreto nº 6.755, de 29 de Janeiro de 2009, e instituído pela Portaria Normativa nº 09, de junho de 2009 que lança o Plano Nacional de Formação de professores da Educação Básica –PARFOR, cuja finalidade é atender as disposições do Decreto 6. 755/2009 é instituída pelo Estado brasileiro objetivando oferecer formação inicial e continuada de professores em nível superior, visando formar os docentes que já atuam na educação básica.

O oferecimento da formação é garantido mediante mecanismos de parceria e cooperação em que o poder público deva garantir cursos superiores públicos, gratuitos, e de qualidade, oferecendo formação inicial e continuada aos professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais que não possuem a formação considerada adequada, conforme as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB -. O artigo 87 da referida Lei, § 4º, ao instituir a década da educação (1997-2007) previa a admissão de professores “habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”. A meta prevista não foi atingida, cuja exigência era a de que todos educadores da educação básica tivessem formação superior.

As diretrizes e princípios do PARFOR estão embasados no Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” (Decreto 6.094/2007), como Programa estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que apresenta entre seus objetivos principais a formação de professores e a valorização dos profissionais da educação. Esta ação conjunta tinha como objetivo estabelecer no país um novo regime de colaboração da União com os estados e municípios, respeitando a autonomia dos entes federados (CAPES, 2009).

A garantia do regime de colaboração foi previsto na Constituição de 1988 e na LDB 9.394/96, que atribuem à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a responsabilidade pela administração do sistema educacional brasileiro, cuja proposição seria de um sistema nacional de educação articulado. Assim, objetivava-se descentralizar as ações educacionais para que numa ação conjunta a responsabilização se desse entre os entes federados.

Num esforço de ação conjunta entre o MEC e CAPES em parceria com as Instituições Públicas de Ensino Superior – IPES, e Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Município, o PARFOR é instituído como um Programa de formação emergencial que visa atender os docentes, com prioridade para os que já atuam na rede pública de educação básica (MEC, 2009). O Programa fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de Licenciatura; Segunda Licenciatura e Formação Pedagógica, cujo objetivo é oferecer educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica.

Considerando a necessidade de regulamentar o PARFOR, nos Estados, Distrito Federal e Municípios, o Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação docente foi criado por meio da Portaria 883 de 16 de setembro de 2009, ficando estabelecido que:

Art. 1º os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação docente, são órgãos colegiados criados para dar cumprimento aos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituído pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009, com a finalidade de organizar em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica (BRASIL, 2009).

Os Fóruns Estaduais Permanente de Apoio à Formação docente (FPAFDs) e suas representações, desempenham relevantes atribuições na condução e cumprimento dos objetivos do PARFOR. Assim entende-se que o Fórum é um importante instrumento de condução da política em curso.

O Art. 2º menciona as atribuições do Fórum no cumprimento dos objetivos da política, que se referem à: Formular e acompanhar a elaboração do planejamento estratégico; Diagnosticar e identificar necessidades de formação dos profissionais da educação no Estado; Definir ações conjuntas para o acompanhamento e desenvolvimento da formação; propor ações específicas para garantia de permanência e rendimento satisfatório dos professores de educação básica, dentre outras, conforme institui a Portaria 883/MEC. Assim, considera-se o Fórum Estadual Permanente de apoio a Formação Docente como um dos referenciais que possibilitará apreender como o Programa de formação PARFOR vem se desenvolvendo, o papel desempenhado por suas representações na gestão da política e no alcance de objetivos da tão propalada qualidade na educação e de formação docente.

Assim, este projeto tem por objetivo geral: Analisar a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica - PARFOR e o papel desempenhado pelos Fóruns Estaduais permanentes de apoio a formação docente – FPAFDs no processo de gestão da formação;

Assim, a investigação aqui proposta tem as seguintes questões norteadoras:

- 1) Qual a concepção apresentada pela política de formação do PARFOR?
- 2) Qual o papel desempenhado pelos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio a formação docente enquanto órgão articuladores do regime de colaboração e gestores da política de formação docente?

Os fenômenos/problemas educacionais que se apresentam no contexto da sociedade brasileira necessitam ser compreendidos num contexto mais amplo de sociabilidade capitalista, verificando as contradições inerentes a este processo. Nesse sentido, o esforço intelectual requer um exercício teórico-prático, no sentido de apreender os determinantes estruturais que condicionam as políticas regulatórias em curso, significando desvelar os conceitos, a ideologia implícita, as representações dos sujeitos históricos sociais, uma vez que nas sociedades capitalistas, os projetos sociais são oriundos dos embates travados no contexto da relação capital/trabalho.

No intuito de alcançar os objetivos propostos para esta pesquisa, faço um recorte do objeto de estudo delimitando o período de 2009 a 2015, no marco de duas gestões governamentais que compreendem os governos Luis Inácio Lula da Silva e o atual governo de Dilma Roussef. O período delimitado para a pesquisa permitirá analisar o contexto de concepção e execução do PARFOR bem como atuação dos Fóruns, apreendendo seu processo de articulação e gestão da política .

### **Aproximações Conclusivas**

Considerando que a educação e formação docente são concebidas num campo de contradições e disputas hegemônicas, a política de formação oferecida pelo PARFOR, apresenta-se num contexto de crise e de ajustes estruturais, portanto, é contraditória em sua concepção e execução, considerando-se os desafios que se apresentam à formação e educação pública de qualidade.

Apesar do programa de formação do PARFOR ser oferecido por universidades públicas, este apresenta em sua estrutura e organização uma diferenciação em relação à formação regular oferecida pelas universidades, insere-se no contexto que reorienta o papel e missão das universidades públicas brasileiras.

Os processos de organização e gestão das universidades vêm sendo alterado em função do novo gerenciamento da educação superior. Pode-se inferir que a estrutura dos cursos de formação inicial oferecida pelo PARFOR, na lógica da formação em serviço diferencia-se da concepção de formação historicamente defendida pelas universidades públicas, uma vez que dissocia ensino, pesquisa e extensão, nesse sentido convém indagarmos a qualidade da formação que vem sendo oferecida. Nesse sentido, os cursos ofertados no sistema modular, bem como o oferecimento de bolsa de incentivo financeiro aos professores, indicam formas de precarização da formação e trabalho docente, com a acelerada expansão das matrículas, contudo, sem melhorias em investimentos financeiros e infraestrutura adequada.

Em meio a essas problemáticas, outro fator relevante é que as demandas por educação básica indicam a necessidade de que cada vez mais novos contingentes de jovens sejam estimulados ao ingresso na carreira do magistério, portanto, o PARFOR prioriza os educadores que já ingressaram na docência, fato que se mostra contraditório, considerando não haver novo ingresso de profissionais no magistério básico.

Diante das condições em que a política de formação vem sendo realizada, pode-se inferir que o papel dos Fóruns Permanentes de Apoio à formação docente enquanto órgãos gestores e articuladores da política, tem se mostrado ineficiente, uma vez que tem contribuído para manutenção e permanência de um modelo de formação não referenciado pela sociedade e por uma formação e educação pública de qualidade.

#### REFERÊNCIAS:

BRASIL.PR. *Decreto n. 6. 094, de 24/4/2007*. Dispõe sobre a implementação do Plano de metas compromisso todos pela educação, pela união federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, D.O.U de 25/4/2007, p. 5.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 6.755, de 29/1/2009*. Institui a política nacional de formação de profissionais do magistério da educação básica, disciplina a atuação da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Brasília: D.O.U de 30/1/2009.

DOURADO, CATANI e OLIVEIRA. *Política e Gestão da Educação Superior: transformações recentes e Debates Atuais*. São Paulo: Xamã; Goiania; Alternativa, 2003.

FRIGOTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 2003.

MAUÉS, Olgaíses. *Produtivismo acadêmico e o trabalho docente*. **Revista Universidade e Sociedade** ano XVII, nº. 41, janeiro de 2008, pp. 21-31.

MÈSZÁROS, Ivan. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

NASCIMENTO, Denise de Souza .*A expansão da educação superior e o trabalho docente: um estudo sobre o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) na UFPA- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012.*

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Regulação das Políticas Educacionais na América Latina e suas conseqüências para os trabalhadores docentes*. *Revista Educação & Sociedade*. CEDES, v.26, n.92, outubro 2005.

SCHEIBE, Leda. *Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação*. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jul.-set. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>  
Acesso em: 10 de Agosto de 2013.

SILVA, Maria Abadia da. *Intervenção e consentimento: a prática educacional do Banco Mundial*. Campinas: Autores Associados, 2002.